

*João Antônio
Mascarenhas (1927-1998):
pioneiro do ativismo
homossexual no Brasil*



**JOÃO ANTÔNIO MASCARENHAS (1927-1998):
PIONEIRO DO ATIVISMO HOMOSSEXUAL NO BRASIL**

RESUMO

Este artigo contém a biografia de João Antônio de Souza Mascarenhas (1927-1998), pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. Foi um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina* e do grupo carioca Triângulo Rosa. Como representante do movimento homossexual, defendeu a proibição da discriminação por orientação sexual na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento homossexual; Ativismo homossexual; Orientação sexual; *Lampião da Esquina*, jornal

Robert Howes¹

J O Ã O A N T Ô N I O
MASCARENHAS (1927-1998):
PIONEIRO DO ATIVISMO
HOMOSSEXUAL NO BRASIL

Entre os documentos que compõem o acervo do movimento homossexual no Arquivo Edgard Leuenroth, encontra-se o arquivo de João Antônio Mascarenhas². Mesmo em vida, o nome de João Antônio, como ele preferia ser chamado, não era muito conhecido. Preferindo viver discretamente, ele não fez questão de ficar famoso. Só no fim da vida, houve um movimento para reconhecer a contribuição que ele tinha feito para melhorar a situação dos homossexuais brasileiros, simbolizado pela outorga do Prêmio Pedro Ernesto, da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, em 1994. Contudo, apesar deste esquecimento relativo, a obra de João Antônio Mascarenhas merece ser resgatada porque foi um dos pioneiros do ativismo gay brasileiro. Não foi exagero, como escreveu Augusto Andrade em seu necrológico: *Foi com ele que tudo começou.*³

Os anos de maior atividade de João Antônio Mascarenhas foram no final da década de 1970 e na década de 1980. Junto com Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), foi um dos ativistas que mantiveram a luta do movimento homossexual durante o período mais agudo da epidemia de AIDS e do desânimo que se seguiu ao primeiro surto de ativismo gay brasileiro. Fez duas intervenções cruciais no desenvolvimento

¹ Pesquisador Associado no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King's College London. <Robert.Howes@kcl.ac.uk>

² O arquivo do Triângulo Rosa foi doado ao Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP pelo próprio João Antônio em março de 1989. Possui cerca de dois metros lineares de documentação textual e o período predominante é de 1977 a 1988.

³ ANDRADE, A. Guerreiro da identidade. *Sui Generis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 66, ago. 1998.

do movimento homossexual. A primeira foi a visita ao Brasil, em 1977, de Winston Leyland, diretor da editora gay norte-americana Gay Sunshine Press, visita esta coordenada por João Antônio. Desta visita resultou a criação do jornal homossexual *Lampião da Esquina*. O outro ponto culminante foi a Constituinte de 1987-1988, quando João Antônio surgiu como representante do movimento homossexual para pleitear a inclusão da expressa proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988.

Conheci o João Antônio Mascarenhas no começo da década de 1980, quando trabalhei como voluntário na Seção Inglesa da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (International Lesbian and Gay Association (ILGA) na ocasião, International Gay Association). João Antônio enviava a sua correspondência em inglês mas, apesar de ler e escrever correntemente, custava-lhe bastante tempo. Por isso, comecei a traduzir as cartas e outros documentos que ele mandava. A partir daí, começamos uma correspondência e ele convidou-me para visitá-lo, hospedando-me no seu apartamento, em Ipanema, e encetando uma amizade que durou até o seu falecimento, em 1998. Este artigo é baseado na correspondência que trocávamos naquele período, inclusive os documentos que copiava para mim; na convivência durante as visitas que fiz ao Brasil em 1983, 1986, 1992, 1993, 1995, 1996 e 1997, além das visitas que ele fez à Inglaterra, em 1988 e 1995; nos recortes de jornais e outras informações publicadas; e na importantíssima tese que Cristina Câmara dedicou ao grupo Triângulo Rosa, no qual João Antônio Mascarenhas militava.⁴ Infelizmente, não foi possível consultar o acervo no Arquivo Edgard Leuenroth, em função da distância, mas muitos dos documentos aqui citados, certamente fazem parte deste valioso recurso para a história do movimento homossexual no Brasil.

João Antônio de Souza Mascarenhas nasceu a 24 de outubro de 1927, em Pelotas, RS, numa família de boa colocação

⁴ SILVA, C. L. C. da. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais"*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

social. Educado no Rio Grande do Sul, formou-se em Direito, embora tenha exercido a profissão de advogado por pouco tempo. Depois da Segunda Guerra Mundial, passou uma temporada em Paris, radicando-se no Rio de Janeiro em 1956, onde passou o resto de sua vida. Apesar de “naturalizar-se” carioca, mantinha um grande amor por sua cidade natal, que visitava esporadicamente mas gostava de brincar utilizando gauchismos que depois explicava com ar professoral. Nos anos de 1950 e 1960, trabalhou como funcionário público, inclusive no Incra, de onde saiu após o golpe militar de 1964. Depois do falecimento do pai, viveu principalmente com recursos próprios, provenientes de herança, o que lhe permitiu dedicar-se em tempo integral ao movimento homossexual.

ATIVISTA COM FORMAÇÃO JURÍDICA

O *curriculum vitae* do João Antônio Mascarenhas assinalava inúmeros aspectos que marcaram o seu ativismo gay. Em primeiro lugar, a formação jurídica ensinou-lhe a importância da lei na estrutura da sociedade e a necessidade de fundamentar os seus argumentos sobre os fatos. Sabendo empregar a terminologia jurídica especializada, desarmava os inimigos políticos, geralmente menos preparados. Segundo, a experiência no funcionalismo público acostumara-o ao discurso e aos métodos burocráticos. Sabia elaborar as reivindicações do movimento homossexual em ofícios escritos em linguagem adequada que as autoridades entendiam perfeitamente e não podiam arquivar por motivos técnicos. Terceiro, tinha viajado para diversos países, morado no exterior e dominava os idiomas francês, espanhol e inglês. Com esta bagagem cultural, conseguiu estabelecer relações de amizade e respeito com ativistas de outros países e mantinha-se a par do que acontecia lá fora. Tinha correspondentes em muitos países e dedicava um apreço especial às democracias liberais avançadas que estavam na vanguarda da realização dos direitos humanos dos homossexuais, tais como a Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega e Canadá. Quarto, apreciava a importância da informação. Além das informações que recebia e pedia dos ativistas estrangeiros, tinha um grande acervo de recortes de jornais da imprensa brasileira, de que se servia freqüentemente para documentar os casos de agressão e

discriminação contra os homossexuais. Sempre munia-se de informações exatas antes de sair para o combate. Sexto, e mais importante, eram as qualidades pessoais de coragem e perseverança. João Antônio tinha assumido a sua homossexualidade da maneira mais completa. Não hesitava em assinar o seu nome completo, endereço e título eleitoral. Aparecia em jornais e revistas e fazia questão de combater diretamente os casos de discriminação que chegavam ao seu conhecimento, sem se amedrontar com o chavão que combatia. Nas lutas políticas, mostrava tenacidade, e esta perseverança, para não dizer teimosia, revelava-se também nas relações pessoais: quando brigava era para valer mas mostrava uma grande lealdade e generosidade para com os amigos.

**WINSTON LEYLAND, *GAY SUNSHINE* E
LAMPÃO DA ESQUINA**

João Antônio começou a interessar-se pelo movimento homossexual no começo da década de 1970, quando leu alguns folhetos sobre a liberação gay publicados na Inglaterra. Em 1972, assinou o jornal *Gay Sunshine*, editado em San Francisco, que naquela época tinha um mistura de artigos sobre cultura, política e a situação social dos homossexuais nos Estados Unidos e no mundo. Era o único assinante na América do Sul, e quando o diretor Winston Leyland decidiu editar uma antologia de escritores homossexuais latino-americanos, pediu ajuda a João Antônio, que hospedou-o durante sua visita ao Brasil e atuou como coordenador, acertando encontros com escritores e entrevistas com a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁵ Winston Leyland tinha uma subvenção da National Endowment for the Arts, órgão cultural do Congresso dos Estados Unidos, e assim João Antônio, esquecendo temporariamente a divisão dos poderes, anunciou que o livro era apoiado pelo governo norte-americano, suscitando assim grande interesse da imprensa

⁵ OLIVEIRA, S. de. João Antônio Mascarenhas. *Nós por Exemplo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 6, jul. 1992.

brasileira. Desta visita, resultaram as antologias *Now the Volcano* e *My Deep Dark Pain is Love*. Em ambos os prefácios, Winston Leyland agradece nominalmente a contribuição do João Antônio.⁶

A visita de Winston Leyland foi noticiada em 16 artigos publicados nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Pasquim*, entre outros.⁷ Alguns dos escritores e intelectuais reuniram-se em consequência desta visita e decidiram criar um jornal destinado aos homossexuais brasileiros, o *Lampião da Esquina*. Várias tinham sido as iniciativas anteriores: como os boletins mimeografados dos anos sessenta e os jornais de curta duração *Entender* e *Mundo Gay*, publicados em 1977, mas *Lampião* marcou época. Foi o primeiro jornal gay que conseguiu manter-se por mais de três anos, de abril de 1978 a junho de 1981, lançando um número Zero, experimental, e 37 números que saíam regularmente cada mês, com padrão profissional, distribuição nacional e venda nas bancas de jornais das grandes cidades.⁸ João Antônio foi um dos fundadores, figurando no Conselho Editorial nos primeiros números e contribuindo com um editorial *Assumir-se? Por quê?* e vários outros artigos.⁹ Saiu do Conselho Editorial em novembro, depois de desavenças com outros membros, mas continuou a apoiar o jornal. Apesar de desligado da administração, foi incluído entre os jornalistas de *Lampião* que a polícia federal ameaçou processar por “atentado à moral e bons costumes”, em setembro de 1978, e participou ativamente na campanha pró-*Lampião*. Escreveu às associações e publicações homossexuais no exterior e daí resultaram vários

⁶ LEYLAND, W. (Org.). *Now the volcano: an anthology of Latin American gay literature*. Translated by Erskine Lane, Franklin D. Blanton, Simon Karlinsky. San Francisco: Gay Sunshine, 1979, p. 7-8; LEYLAND, W. (Org.). *My deep dark pain is love: a collection of Latin American gay fiction*. Translated from Spanish and Portuguese by E.A.Lacey. San Francisco: Gay Sunshine, 1983, p. 6.

⁷ MASCARENHAS, J. A. *Brazilian straight press coverage to the visit, in 1977, of Winston Leyland, Editor of Gay Sunshine (San Francisco, U.S.A.)*. Rio de Janeiro, 8 jul. 1981. Manuscrito datilografado.

⁸ BRAYNER, A. R. A. *Lampião: um bandido social? Análise discursiva da revista Lampião da Esquina*. 1998. Tese (Doutorado em Línguas e Culturas da América Latina) — Universidade de Leiden, Holanda.

⁹ MASCARENHAS, J. A. *Assumir-se? Por quê? Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 2, 25 jun. a 25 jul. 1978.

artigos na imprensa homossexual, como o *Gay News*, de Londres, denunciando este ato arbitrário da censura.¹⁰ João Antônio relatou que, de janeiro a setembro de 1979, recebeu cópias de cartas de protesto enviadas ao Ministro da Justiça por 46 organizações de 22 países, e 6 particulares de 4 países, além de 23 periódicos de 12 países noticiando o Processo, que foi arquivado em janeiro de 1980. Os jornalistas nunca souberam quais dos artigos dos números 0 e 1 motivaram o Processo, nem por que o Ministro de Justiça permitiu que o jornal *Lampião* continuasse a aparecer durante este período mas, fazendo um balanço, João Antônio Mascarenhas julgou-o positivo para o jornal porque:

- a) notícias sobre o processo apareceram em importantes diários brasileiros, assim muita gente que não conhecia o jornal soube da sua existência;
- b) ser processado significava que o governo julgava que o jornal tinha suficiente importância para merecer ser combatido, e – mais importante – o governo não conseguiu derrotar o jornal;
- c) a circulação do jornal aumentou;
- d) o apoio da Associação Brasileira de Imprensa e de um deputado mostrou que o jornal *Lampião* não era um pária;
- e) o periódico *Lampião* ficou conhecido no exterior.¹¹

DENUNCIANDO HOMOFOBIA E TRABALHO INTERNACIONAL

João Antônio não era jornalista e pouco escrevia para ser publicado, mas não titubeava em denunciar os abusos e preconceitos veiculados pela imprensa.¹² Tendo assumido sua

¹⁰ MASCARENHAS, J. A. *Gay life in Brazil (particularly in Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro, 21 jan. 1979. Manuscrito datilografado. GOVERNMENT threat to gay newspaper. *Gay News*, London, n. 158, p. 40, 11-24 jan. 1979.

¹¹ MASCARENHAS, J. A. *The lawsuit against Lampião - facts and guesswork*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1980. Manuscrito datilografado.

¹² Além dos artigos no *Lampião da Esquina*, a revista *Nós por Exemplo* publicou uma série de artigos e entrevistas com João Antônio, de 1992 a 1994.

homossexualidade desde cedo, não tinha problemas em ser entrevistado e aparecer nos jornais, tornando-se desta maneira porta voz do movimento homossexual. Em 1982, escreveu aos diretores do jornal baiano *A Tarde*, protestando contra matérias publicadas nesse jornal que haviam qualificado os homossexuais de *perversos, anormais e imorais*.¹³ Em 1987, deslocou-se para Pernambuco para denunciar o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que tinha impedido a entrada de mulheres na magistratura do Estado e declarado ao *Jornal do Brasil: Se depender de mim, um homossexual jamais será um juiz, nem que toda a comunidade venha contra mim*. João Antônio foi entrevistado pela revista *Nordeste Econômico* e outras publicações.¹⁴ Também prestava depoimentos aos jornalistas sobre a situação geral dos homossexuais brasileiros e do movimento homossexual.¹⁵ Tentava esclarecer e corrigir, por exemplo, escrevendo a uma jornalista sobre um artigo publicado na revista *Visão* que, apesar de positivo, continha muitos erros factuais.¹⁶

Os quatro anos do jornal *Lampião* coincidiram com o surgimento, apogeu e queda da primeira fase do movimento homossexual brasileiro. Nesta época, João Antônio Mascarenhas não se filiou a nenhum grupo, preferindo militar sozinho. Os seus contatos com o movimento gay internacional começaram no final da década de 1970, época da campanha pró *Lampião*. Entrou em contato com a ILGA, organização não-governamental composta de grupos e entidades homossexuais de vários países. Em 1981, João Antônio viajou à Europa para assistir ao congresso da ILGA em Torre Pellice, Itália, seguindo depois para Amsterdã,

¹³ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 3 ago. 1982, Rio de Janeiro [para] Dr. Jorge Calmon e D. Regina Simões, Salvador, BA. (Carta n. 251/82.)

¹⁴ A CONTESTAÇÃO homossexual. *Nordeste Econômico*, Recife, v. 18, n. 7, p. 56-57, jul. 1987.

¹⁵ A FORÇA dos homossexuais. *Visão*, São Paulo, p. 23-24, 11 out. 1982; CARELLI, W. O dilema homossexual. *Status*, São Paulo, n. 139, p. 61-67, 95-96, fev. 1986.

¹⁶ FALSAS vitórias? Em tempo de perplexidade. *Visão*, São Paulo, p. 54, 4 out. 1982; MASCARENHAS, J. A. [Carta] 15 out. 1982, Rio de Janeiro [para] revista *Visão*, São Paulo. (Carta n. 313/82.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] 19 out. 1982, Rio de Janeiro [para] Miriam Paglia Costa. (Carta n. 326/82.)

Copenhague, Oslo e Estocolmo, para conversar com ativistas holandeses e escandinavos. Foi o primeiro latino-americano a filiar-se à ILGA como pessoa física. De volta ao Brasil, mandou um relatório sobre a viagem a cinco grupos brasileiros e depois escreveu aos ativistas europeus, sugerindo iniciativas com a finalidade de facilitar a troca de informações.¹⁷

Nos anos de 1980, João Antônio manteve intensa correspondência com o movimento internacional, recebendo informações e publicações. Escreveu vários relatórios sobre a situação dos homossexuais no Brasil, inclusive, mais tarde, um para a Anistia Internacional, que debatia a proposta de incluir os homossexuais entre os prisioneiros de consciência. Nestes relatórios, descreveu a situação política brasileira nos últimos anos da ditadura militar, a situação jurídica dos homossexuais, a vida cotidiana, inclusive o preconceito contra os efeminados, problemas no trabalho, opções para encontrar parceiros, prostituição, travestis, a vida cultural, a censura e o movimento de liberação homossexual. Quanto a legislação, notava que, embora não houvesse lei que proibisse o homossexualismo, os homossexuais podiam ser enquadrados em leis que se referiam a “atentado ao pudor” e “atentado à moral e aos bons costumes”, deixando-os susceptíveis à chantagem dos policiais, caso fossem da classe média, e à violência física caso fossem da classe baixa. Ao mesmo tempo, o conceito jurídico da “legítima defesa da honra” resultava na absolvição de muitos assassinos de homossexuais.¹⁸

João Antônio aproveitou-se das informações que lhe chegavam do exterior, junto com recortes de jornais, e da correspondência com ativistas brasileiros, para fomentar o ativismo dentro do país. Ao contrário de países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, onde as relações homossexuais

¹⁷ MASCARENHAS, J. A. [Circular] 8 jul. 1981, Rio de Janeiro [para] Dear European friends.

¹⁸ MASCARENHAS, J. A. *Gay life in Brazil (particularly in Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro, 21 jan. 1979. Manuscrito datilografado. MASCARENHAS, J. A. *Homossexualismo no Brasil*. Rio de Janeiro, 31 maio 1980. Manuscrito datilografado. MASCARENHAS, J. A. [Carta] 3 dez. 1986, Rio de Janeiro [para] George A. J., Siemensma; Amnesty International, Amsterdã. (Carta s.n.)

tinham sido proibidas e ainda existiam restrições legais, o movimento brasileiro convivia com uma situação na qual não havia legislação explícita contra o homossexualismo, e por isso o preconceito forte, e às vezes violento, era mais difuso e difícil de demonstrar. Passado o primeiro momento de euforia do período entre 1978 a 1982, o problema para o movimento de liberação homossexual era saber como combater este preconceito. Os grupos e ativistas que conseguiram vencer os difíceis anos da década de 1980 foram os que colocaram metas viáveis e objetivos acessíveis, de fácil identificação além da possibilidade de serem concretizados através de campanhas que envolvessem não só os ativistas homossexuais, mas a classe política e a elite administrativa também. As campanhas mais importantes dos anos de 1980 foram:

- a) pelo registro jurídico dos grupos homossexuais;
- b) contra o Parágrafo 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde, que rotulava o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”;
- c) pela proibição de discriminação por “orientação sexual” no Código de Ética dos Jornalistas;
- d) pela proibição de discriminação por “orientação sexual” na Constituição de 1988 e na revisão constitucional de 1994.

Nestas campanhas, João Antônio colaborou freqüentemente com Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia, a quem tinha conhecido num congresso na Casa do Estudante Universitário.¹⁹ Um dos papéis importantes que desempenhou foi verter as reivindicações do movimento no discurso burocrático dos seus interlocutores no governo e no funcionalismo público:

Como eu trabalhei 17 anos no serviço público, como Assistente de Diretor de Departamento, tendo como uma das minhas principais tarefas a elaboração de

¹⁹ OLIVEIRA, S. de. João Antônio Mascarenhas. *Nós por Exemplo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 6, jul. 1992.

*ofícios e relatórios, os quais têm uma linguagem própria, o GGB gosta de receber minhas minutas ('drafts') quando se dirige a altos funcionários do governo.*²⁰

Este detalhe pode parecer insignificante mas, cumprindo assim os requisitos formais, a correspondência do movimento homossexual não podia ser descartada por inadmissível e, no mínimo, tinha que ser levada a sério ao entrar nos trâmites burocráticos.

Outro aspeto da sua militância, ainda mais importante, nesta época, foi a idéia de colocar as reivindicações homossexuais dentro da área dos direitos humanos. Baseado na sua formação jurídica e apoiado pelos contatos com os ativistas na Europa, onde acontecia semelhante processo, entendeu que, uma vez reconhecido o preconceito contra os homossexuais como um atentado contra seus direitos humanos, seria muito mais fácil pleitear as outras medidas que se relacionavam diretamente ao dia-a-dia da vida homossexual. Assim, escreveu para a Inglaterra pedindo um exemplar do Convenção Européia dos Direitos Humanos e à Noruega procurando informações sobre o Código Penal Norueguês, que proibia a discriminação contra os homossexuais.²¹ Esperava persuadir a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil a publicar uma tradução do relatório do criminologista inglês Prof. D. J. West, *Homosexuality and Social Control*:

Se isto ocorrer, será ótimo para o Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual, porque pela primeira vez, no Brasil, os 'direitos gueis' estarão sendo vistos como parte dos 'direitos humanos'. O simples

²⁰ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 9 jan. 1983, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta n. 4/83.)

²¹ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 28 mar. 1984, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] 5 abr. 1984, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] 5 abr. 1984, Rio de Janeiro [para] Sigmund Raanes, Det Norske Forbundet av. 1948, Trondheim, Noruega. (Carta n. 49/84.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] 14 abr. 1984, Rio de Janeiro [para] Sigmund Raanes, Det Norske Forbundet av. 1948, Trondheim, Noruega. (Carta n. 62/84.)

*fato de uma entidade com o prestígio da Ordem dos Advogados fazer editar o relatório do Prof. West mostrará a todos que a Ordem, ao menos, se não endossa a opinião do Professor, reputa-a importante para divulgação.*²²

Deleitou-se em fazer esforços para esclarecer certos aspectos do relatório e comentou sobre certas perguntas feitas pelo seu correspondente da OAB: *...deve estar boquiaberto com o fato de uma bicha possuir documentos que ele desconhecia e, especialmente, por ter contactos na Europa capazes de fornecer-lhe material desse teor. Melhor assim.*²³

João Antônio participou entusiasticamente nas campanhas dos anos de 1980 escrevendo cartas de protesto, dando entrevistas, assistindo reuniões, mantendo uma correspondência intensa com outros ativistas, reunindo e divulgando informações. Graças à perseverança dos ativistas, o movimento homossexual começou a comemorar uma série de vitórias. O Grupo Gay da Bahia, que assumia abertamente a sua razão de ser, foi legalizado mediante sentença judiciária em janeiro de 1983. Em fevereiro de 1985, depois de três anos e meio de campanha contra o Parágrafo 302.0 da CID, um parecer do Conselho Federal de Medicina aceitou a reivindicação que a homossexualidade deixasse de ser considerada uma doença e, em novembro de 1986, o Congresso Nacional de Jornalistas modificou o Código de Ética do Jornalista para deixar claro que o jornalista não podia concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivo de orientação sexual.²⁴

TRIÂNGULO ROSA E A CONSTITUINTE

²² MASCARENHAS, J. A. [Carta] 28 mar. 1984, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.)

²³ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 9 abr. 1984, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta n. 58/84.)

²⁴ CÓDIGO de Ética do Jornalista. *Jornal do Jornalista*, [Rio de Janeiro], v. 3, n. 13, p. 1, mar. 1987.

À medida que a redemocratização do país avançava, João Antônio fazia inquéritos e divulgava listas de políticos e candidatos assumidos ou que se tinham mostrado dispostos a apoiar as reivindicações do movimento homossexual. Em agosto de 1984, o deputado federal França Teixeira (PFL/BA) pediu ao GGB sugestões para um projeto de lei para proteger os homossexuais. A pedido do GGB — que outorgou a João Antônio o *status* de membro honorário do grupo, autorizando-o a usar papéis timbrados da entidade e escrever em nome do grupo para autoridades e para a imprensa — ele compilou uma lista de dez reivindicações e, em janeiro de 1985, França Teixeira mandou ao GGB um projeto de lei, que aceitava sete das dez reivindicações. Até aquele momento, João Antônio tinha se recusado a associar-se a qualquer grupo, mas: *O projeto de lei parece-me tão importante que, junto com uns amigos, acabamos de criar, aqui no Rio, um grupo de liberação homossexual, a que demos o nome de Triângulo Rosa.*²⁵ O Triângulo Rosa, diferentemente de outros grupos homossexuais, deu pouca importância a auto-consciência e um papel relativamente reduzido à ação preventiva contra a AIDS, concentrando-se nas campanhas políticas em prol dos direitos dos homossexuais. Apoiou as candidaturas do Partido Verde, nas eleições de novembro de 1986 e prestou ajuda às campanhas internacionais, enviando ao governo inglês em janeiro de 1989, cartas de protesto contra a Seção 28 do Código dos Municípios da Inglaterra, que introduzia nova discriminação contra os homossexuais.²⁶

A atividade mais importante do Triângulo Rosa, contudo, foi a campanha para incluir uma expressa proibição de discriminação por “orientação sexual” na Constituição de 1988. João Antônio empenhou-se nesta campanha porque entendia que, se a Carta Magna reconhecesse os direitos dos homossexuais, seria mais fácil modificar a legislação federal e estadual ordinária.

²⁵ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 21 fev. 1985, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.)

²⁶ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 23 jan. 1988, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.); MASCARENHAS, J. A. [Cartas] 20 jan. 1988, Rio de Janeiro [para] Prime Minister Margaret Thatcher, Londres; Secretary of State for the Environment Ridley, Londres; Embaixador Michael Newington, Brasília, DF. (Cartas s.n.)

Durante a campanha, o Triângulo Rosa colaborou com o grupo Lambda - Movimento pela Livre Orientação Sexual, de São Paulo, e com outros grupos. O Triângulo Rosa escreveu 606 cartas a 304 constituintes, deu 421 telefonemas para o Congresso Nacional, e o presidente do grupo, Caio Benévolo, foi três vezes a Brasília. Uma confusão existia sobre o termo a ser usado e assim obtiveram pareceres de nove antropólogos, confirmando que “orientação sexual” era o mais apropriado.²⁷

Nos dias 29 e 30 de abril, João Antônio Mascarenhas fez no Congresso Nacional, em Brasília, a sua apresentação ante duas Sub-Comissões da Constituinte como representante do movimento homossexual brasileiro. Na sua exposição à Sub-Comissão dos Direitos e Garantias Individuais, referiu-se à necessidade de incluir a proibição de discriminação por “orientação sexual”, citando o apoio de entidades científicas no Brasil e o exemplo da legislação estrangeira e enfatizando os efeitos nocivos do preconceito sobre os indivíduos. Terminou afirmando:

Não temos a ingenuidade de imaginar que, de um momento para o outro, só o fato da inclusão, na Constituição Federal, da expressão ‘orientação sexual’ venha fazer com que, de uma penada, a discriminação desapareça. Não, longe disso. O que queremos com isso é fazer com que o oprimido se sinta juridicamente habilitado a lutar pelo respeito dos seus direitos, nem mais, nem menos.

A maior oposição veio do grupo evangélico. Na discussão, o deputado José Viana (PMDB/MA) disse, contestando a evidência científica: *Apesar, repito, de o Conselho Federal de Medicina dizer que [o homossexualismo] não é doença, parece-me que é doença, ao qual João Antônio respondeu:*

Se V. Ex.a se encontra no campo contrário a todos esses homens de ciência, acho que é um direito de V. Ex.a. Agora - digo a V. Ex.a na minha humildade — acho que não tenho tamancos para ir contra essa gente toda, ainda

²⁷ TRIÂNGULO ROSA. Relatório de Atividades do Triângulo Rosa em 1987. Rio de Janeiro, 13 jan. 1988. Manuscrito datilografado.

*mais que acredito que eles estão certos também. Muito obrigado. [Palmas.]*²⁸

Do outro lado, o deputado Luiz Salomão (PDT/RJ) afirmou sua solidariedade e prontificou-se a levar as outras reivindicações do movimento homossexual à Constituinte, o que permitiu o João Antônio expor uma lista de sugestões para a legislação ordinária.²⁹ Depois, comentando a sua atuação, João Antônio escreveu:

O fato de um representante do Triângulo Rosa ter tido essa oportunidade e, ainda mais, em duas Sub-Comissões, já representou uma distinção, pois o número de entidades que se queriam fazer ouvir foi muitas vezes maior do que o possível. A imensa maioria teve rejeitado seus pedidos, por os constituintes não terem tempo (um mês) para conceder audiência a todos. [...] Em nenhuma das Subcomissões eu li o trabalho por mim preparado. Praticamente sabia-o de cor. Serviu-me só de roteiro. O ambiente das Sub-Comissões diferiu muito de um para outro. Na primeira, na Subcomissão dos Direitos [sic] dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes Físicos e Minorias, os constituintes eram mais de esquerda e, assim, foram não só atenciosos comigo como, até, muito cordiais. Tanto que, ao terminar a exposição, nem mesmo me fizeram perguntas (o que eu lamentei); em lugar disso, uma deputada (a única negra na Constituinte) [Benedita da Silva] e um deputado fizeram dois longos depoimentos, muito favoráveis ao movimento brasileiro de liberação homossexual. Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, onde os constituintes eram mais de direita, ouviram-me com muita atenção e respeito, (sem qualquer ironia, apesar do que escreveu o repórter do Correio Braziliense [1 maio 1987]) e, depois,

²⁸ *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília, 27 maio 1987, p. 127-134. Suplemento.

²⁹ *Id.*

fizeram várias observações. Tenho a impressão que me saí bem, que respondi satisfatoriamente as perguntas e creio que evitei com habilidade enlear-me em argumentos religiosos, levantados por dois pastores protestantes.

Sabia que não era possível prever o resultado final mas estava otimista: *Não ficarei admirado se a Constituição federal brasileira for a primeira no mundo a proibir expressamente a discriminação por 'orientação sexual'. Se tal ocorrer, talvez eu morra de contentamento.*³⁰

O termo “orientação sexual” foi aceito pelas duas Sub-Comissões mas excluído pela Comissão de Sistematização. Em novembro, João Antônio ainda achava que tinham 50% de chance de serem vitoriosos, em plenário. Contudo, apesar de intensa mobilização e dos esforços do deputado José Genoíno (PT/SP) e outros partidários, o termo foi definitivamente rejeitado pelo Plenário, em 28 de janeiro de 1988. A votação foi 130 a favor, 317 contra, com 14 abstenções e 98 ausentes. Apesar desta derrota, João Antônio fez um balanço positivo da experiência, notando-se em relatório que redigiu para a ILGA, que as reivindicações do movimento tinham recebido muita publicidade e tinham sido tratadas com seriedade e respeito no Congresso e nos meios de comunicação.³¹ Nos anos seguintes, vários Estados e municípios incorporaram medidas contra a discriminação por orientação sexual na sua legislação básica.³²

Encerrados os debates da Constituinte, João Antônio Mascarenhas afastou-se do ativismo, desligando-se do Triângulo Rosa e doando o seu acervo de livros e documentos ao Arquivo Edgard Leuenroth. Em novembro de 1990, terminou o manuscrito do livro *A Tríplice Conexão*, uma denúncia da corrupção de muitos dos políticos que tinham combatido a inclusão de “orientação sexual” na Constituição, documentada pelos recortes do *Jornal do Brasil*.³³ Nesta época, começou a sofrer problemas

³⁰ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 11 maio 1987, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.)

³¹ MASCARENHAS, J. A. [Carta] 18 nov. 1987, Rio de Janeiro [para] Robert Howes, Londres. (Carta s.n.)

³² MASCARENHAS, J. A. *Gays and the Brazilian Federal Constitution*. Rio de Janeiro, 17 mar. 1988. Manuscrito datilografado.

cardíacos mas, apesar disto, voltou ao ativismo em 1992, com o intuito de fazer nova campanha para incluir “orientação sexual” na revisão constitucional anunciada. Em preparação, pediu informações sobre os direitos homossexuais em Israel, na Escandinávia e no Canadá. Tinha grande interesse na atuação do deputado canadense Svend Robinson e a proibição de discriminação por motivo de orientação sexual incluída na legislação das províncias de Quebec e Ontário.³⁴ Entre os grupos brasileiros, promoveu um levantamento das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais que proibiam expressamente discriminação por orientação sexual, para demonstrar que havia precedentes. Colaborei nesta tarefa e, em visita ao Piauí, confirmei que a Lei de Organização do Município de Teresina, de 1990, estipulava que “Ninguém será discriminado ou privilegiado em razão de [...] orientação sexual” (Art. 9). Dos textos consultados, verificou-se que a Constituição do Estado de Mato Grosso, a Constituição do Estado de Sergipe e a Lei Orgânica do Município de 71 cidades continham esta proibição explícita. No Rio de Janeiro, único Estado onde foram examinadas todas as Leis Orgânicas Municipais, 15 dos 70 municípios (21%) tinham suas leis favoráveis. Em dezembro de 1992, João Antônio renunciou à coordenadoria nacional do Projeto Revisão Constitucional, queixando-se dos outros grupos pela falta de empenho na tarefa e sugerindo que a responsabilidade fosse dividida entre o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Dignidade, de Curitiba.³⁵ Esta decisão súbita, talvez provocada pelos problemas

³³ MASCARENHAS, J. A. *A tríplice conexão: machismo, conservadorismo político, falso moralismo*. Rio de Janeiro: 2A, 1997. [2.ed.], Rio de Janeiro: Planeta Gay Books, 1998. A primeira edição, de 120 exemplares, foi subvencionada por João Antônio mas tinha tantas gralhas que foi devolvida à editora. Cf. MASCARENHAS, J. A. [Bilhete] Rio de Janeiro, 28 ago. 1997 [para] Robert Howes. A edição de 1988, póstuma e com prefácio de Cristina Câmara, pela Planeta Gay Books, é, portanto, a segunda.

³⁴ MASCARENHAS, J. A. [Carta] Rio de Janeiro, 22 jun. 1992 [para] Society for the Protection of Personal Rights, Tel Aviv, Israel. (Carta n. TR/92-25.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] Rio de Janeiro, 23 jun. 1992 [para] ILGA, Bruxelas. (Carta n. TR/92-26.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] Rio de Janeiro, 23 jun. 1992 [para] Canadian Gay Archives, Toronto. (Carta n. TR/92-28.); TRIÂNGULO ROSA. Perguntas do Triângulo Rosa ao Robert Howes. Rio de Janeiro, 1 ago. 1992. Manuscrito datilografado.

de saúde, resultou num esfriamento temporário nas relações entre João Antônio e outros ativistas.

A proposta de incluir “orientação sexual” na Revisão Constitucional foi derrotada, com 53 votos a favor, 250 contra e 6 abstenções.³⁶ Mesmo assim, João Antônio não ficou definitivamente afastado do ativismo homossexual, tentando intervir no caso Renildo José dos Santos para obter justiça para o vereador bissexual assassinado em Alagoas.³⁷ Os ativistas que o conheciam continuavam a consultá-lo e quando faleceu, Augusto Andrade, do Grupo Arco-Íris, lamentou a perda não só de um amigo: *Ele era uma biblioteca viva, rica em informações e vivências sobre a história da homossexualidade e do movimento de gays e lésbicas no Brasil e no mundo.*³⁸

Na verdade, João Antônio Mascarenhas possuía temperamento forte e combativo, talvez mais apto para o trabalho solitário do que para o ativismo em grupo. Tinha uma visão muito clara do que ele queria para o ativismo gay. Isto ficou demonstrado no debate desencadeado dentro do Triângulo Rosa quando, baseado na sua experiência na Constituinte, João Antônio propôs que o Grupo mudasse o sub-título de “Grupo de Liberação Homossexual” para “Grupo de Defesa dos Direitos dos Homossexuais”. Argumentou que termos como grupo e movimento de liberação homossexual, traduzidos diretamente de línguas estrangeiras, eram “politicamente prejudiciais” e podiam amedrontar eventuais simpatizantes porque implicavam em *dar carta branca a qualquer comportamento homossexual*. Uma organização que se identificasse com o objetivo da defesa dos

³⁵ MASCARENHAS, J. A. [Carta] Rio de Janeiro, 10 jan. 1992 [1993] [para] Robert Howes, Cambridge. (Carta s.n.); MASCARENHAS, J. A. [Carta] Rio de Janeiro, 1 fev. 1993 [para] Robert Howes, Cambridge. (Carta s.n.); MASCARENHAS, J. A. [Circular] Rio de Janeiro, 19 dez. 1992. (Circular TR/92-Circ.14.); MASCARENHAS, J. A. [Circular] Rio de Janeiro, 21 dez. 1992. (Circular TR/92-Circ.15.)

³⁶ MASCARENHAS, J. A. Os homossexuais e a Constituição Federal. *Nós por Exemplo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 10, mar./abr. 1994.

³⁷ OLIVEIRA, S. de. Caso Renildo: a tragédia do preconceito. *Nós por Exemplo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 4-5, mar. 1993.

³⁸ ANDRADE, A. Guerreiro da identidade. *Sui Generis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 66, ago. 1998.

direitos dos homossexuais, ao contrário, era perfeitamente compreensível.³⁹ De outro lado, Caio Benévolo julgava que definir o grupo desta maneira *Só faz sentido para quem acha que a questão homossexual, dentro de nossa sociedade, se restrinja a um assunto de leis ou direitos* e propugnava que: *Temos que inserir nossa luta num contexto mais amplo.*⁴⁰ Para muitos, o ponto de vista de João Antônio parecia demasiado legalista e restrito, tanto mais que ele não quis ver o perigo iminente que a epidemia de AIDS representava para os homossexuais e criticava os ativistas que dedicavam seus esforços à ação preventiva da AIDS em vez da militância gay.⁴¹ Ao mesmo tempo, fazia pouco caso das iniciativas pró parceria civil. Estava cego a muitos aspectos da luta homossexual mas o seu conceito sobre a legislação específica não era tão estreito como parecia à primeira vista. O termo “orientação sexual” abrangia muito mais do que a homossexualidade, abrindo as portas para os bissexuais, travestis e os simpatizantes heterossexuais que compõem o atual movimento GLS. E num país onde, apesar da violência cotidiana, a sociedade é regida pela lei, tentar modificar a Constituição era atacar o conservadorismo na sua base ideológica, abrindo a possibilidade de uma transformação nas estruturas que modelavam o comportamento social. Apesar de ainda não constar da Constituição Federal, a quantidade crescente de legislação ordinária que inclui cláusulas que proíbem e multam a discriminação por orientação sexual e outras medidas de proteção é testemunha da clarividência de João Antônio Mascarenhas. Este *Gay and lesbian movement; Gay activism; Sexual orientation; Lâmpião da Esquina*, newspaper conceito de direitos humanos é, com certeza, uma das chaves para melhorar a situação dos homossexuais.

Finalmente, queria deixar o meu depoimento como amigo pessoal. João Antônio foi meu guia e mestre no conhecimento do movimento homossexual e da cultura gay do Brasil. Encerro este

³⁹ MASCARENHAS, J. A. Cochilamos, camaradas. *Triângulo Rosa*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 1-3, fev. 1988.

⁴⁰ BENÉVOLO, C. *Veritas te liberabit*. *Triângulo Rosa*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3-7, fev. 1988.

⁴¹ OLIVEIRA, S. de. João Antonio Mascarenhas. *Nós por Exemplo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 6, jul. 1992.

memorial com um comentário que ele escreveu num recorte de jornal sobre o *Livro da Profecia*, organizado pelo então presidente do Senado, José Sarney, político conservador, mas que incluiu em seu livro um trabalho do ativista Luiz Mott – *Homossexualismo: um triste passado, um futuro brilhante*.

*Enfim, coisas como essas fazem do meu país um lugar fascinante, desconsertador. 'Amazing', 'puzzling', as I think you would say.*⁴² *Correct, João Antônio, absolutely correct.*

⁴² PINTO, L. C. Senado promove uma “geléia geral” de profecias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 20 jan. 1997. (Com comentário manuscrito de João Antônio Mascarenhas, 21 jan. 1997.)

JOÃO ANTÔNIO MASCARENHAS (1927-1998): A PIONEER OF HOMOSEXUAL ACTIVISM IN BRAZIL

ABSTRACT

This article contains the biography of João Antônio de Souza Mascarenhas (1927-1998), a pioneer of gay activism in Brazil. He was one of the founders of the newspaper *Lampião da Esquina* and the Carioca group Triângulo Rosa (Pink Triangle). As a representative of the gay movement, he advocated the prohibition of discrimination on the grounds of sexual orientation in the Constitutional Assembly of 1987-1988.

KEYWORDS

Gay and lesbian movement; Gay activism; Sexual orientation; *Lampião da Esquina*, newspaper



João Antônio Mascarenhas (à esquerda na foto), desfila com faixa na Parada Gay, Rio de Janeiro, 1998.